

opusdei.org

São Josemaria Escrivá, Mestre de Perdão

Jaime Cárdenas explica que os ensinamentos sobre o perdão em São Josemaria Escrivá se revestem de uma grande atualidade: é necessário redescobrir o perdão e aprender a amar. Este estudo foi publicado no número 53 de Romana, boletim oficial da Prelazia da Santa Cruz e Opus Dei.

13/05/2020

Sumário

1. Redescobrir a novidade libertadora do perdão

2. O Grande Amor

3. No centro da mensagem fundacional

4. A homilia ‘O respeito cristão pela pessoa e pela sua liberdade’

5. Atitude ante as calúnias

6. O perdão como estilo de convivência e a cultura da paz

1. Redescobrir a novidade libertadora do perdão

A mensagem de Cristo sobre o perdão foi revolucionária na sua época e continua a sê-lo agora. Supõe uma mudança de paradigma em relação ao “olho por olho, dente por dente”[1]. Na mensagem cristã, como

as relações humanas fundamentam-se no amor, o perdão – tal como o amor de Deus, do qual procede – não tem medida, não admite limites.

Como devo perdoar? Como Ele nos perdoou. Quantas vezes devo perdoar? Até sete vezes? Até setenta vezes sete[2]. A quem devo perdoar? A todos, já que o “amarás o teu próximo”[3] de Jesus amplia o próprio termo e abrange todas as pessoas, incluindo os inimigos[4] 4 e qualquer ação ofensiva. Passa-se da limitação da vingança à “lógica do amor”[5], ao ato positivo de amar quem ofendeu.

A misericórdia e o perdão são declarados no Sermão da Montanha[6]. De fato, “Este pedido é tão importante que é o único ao qual o Senhor volta e que desenvolve”[7]. Também é destacado no Pai-Nosso[8]. É um aspecto central da mensagem de Jesus[9], confirmado com uma das suas últimas ações na

terra, quando perdoa a violência da morte que se exercia contra Ele[10].

Devemos perdoar porque Deus nos perdoou primeiro. Temos de amar “como Ele nos amou”[11]. “O perdão de Deus converte-se também, nos nossos corações, em fonte inesgotável de perdão nas relações entre nós”[12]. Tal como Deus me perdoou desde a Cruz, sendo um “Amor que ama até o extremo do amor”[13], assim devemos nós perdoar, chegando também ao extremo.

O perdão faz parte da misericórdia divina e, como aponta São João Crisóstomo, “nada nos assemelha tanto a Deus como estarmos sempre dispostos a perdoar”[14]. Por isso, quem perdoa reflete com mais nitidez a imagem de Deus.

Perdoar é devolver um bem depois de receber um mal. É um modo especialmente intenso de doação de

si mesmo, que eleva a pessoa. O perdão não deixa as coisas como antes. Pelo contrário, a relação fica renovada e, de certo modo, purificada e mais profunda. Assim, a morte de Cristo na cruz renova e eleva as relações de Deus com os homens e dos homens entre si. Entre a cruz e a ressurreição esteve o perdão.

Em toda ofensa somos agredidos com um mal que pode fazer nascer outro mal dentro de nós. Verdadeiramente esse é o mal que todos devemos superar. O perdão impede a vingança, acalma a sensibilidade e purifica a memória. Por parte de quem é perdoado, o perdão capacita-o para superar tanto a ofensa cometida como a corresponsabilidade pelo novo pecado que poderia surgir na pessoa ofendida.

A vontade de perdoar e a sua aceitação fazem surgir a verdade e a justiça, “pressupostos do perdão”[15]. Abre-se o caminho para a cicatrização das feridas e torna possível a reconciliação. Se quisermos construir uma sociedade verdadeiramente humana, um dos meios deve ser a recuperação do perdão na sua natureza original.

É um verdadeiro desafio, pois há culturas onde a mensagem do perdão ainda não chegou, e sociedades pós-cristãs nas quais o perdão ficou desfigurado em suas características essenciais, ou é considerado como um consolo superficial de tipo sentimental-religioso que ajuda a suportar a ofensa sofrida. Por outro lado, perdoar pode ser difícil e em ocasiões pode parecer impossível[16], no entanto, “nenhuma comunidade pode sobreviver sem o perdão”[17].

Tem-se a impressão que hoje, dois mil anos após a vinda de Cristo, e de modo semelhante ao que aconteceu com o matrimônio, Deus dissesse: “no princípio não era assim”[18].

Num mundo marcado por conflitos, o ser humano é capaz de mais, a sua dignidade de filho de Deus reclama que supere o recurso à vingança, ao ressentimento e ao ódio. O dom de si deve alcançar também o processo de restauração das relações quando estas se quebraram ou deterioraram.

Todavia, há também desde os começos dos anos noventa do século passado um novo interesse pelo perdão, um redescobrimento[19]. A causa foi, principalmente, o conjunto de sequelas deixadas pelos conflitos armados, terrorismo, violações da dignidade da pessoa e dos direitos humanos, acontecidas nas últimas décadas. A violência em muitas ocasiões já cessou, mas não todos os seus efeitos.

Na tentativa de refazer vidas, os governos, organizações internacionais, instituições, comunidades, etc., quiseram oferecer respostas fundamentadas na atuação dos tribunais, principalmente condenações e reparações econômicas. Mas logo repararam que para poder culminar em processos realmente curativos, as respostas tinham que incidir plenamente no nível mais profundo da pessoa (no mesmo nível a que chegou a ofensa). Esse nível é o da dignidade radical de todo ser humano. Ao estrato mais íntimo não se chega apenas com essas medidas, que com frequência se centram mais no ofensor e na ordem social do Estado do que no ofendido, e que, além disso, muitas vezes são insuficientes por referir-se a ofensas irreparáveis.

Não bastam então, mesmo sendo necessárias, a justiça dos tribunais nem as reparações econômicas[20]. A

constatação desta insuficiência impulsionou nos últimos anos uma importante evolução do direito às reparações no âmbito dos direitos humanos. A evolução consiste, entre outros aspectos, em que as reparações procurem oferecer respostas globais para o dano causado, incluindo, além das econômicas, outras de diferente natureza e diferente alcance[21].

De entre estes novos canais surgiram conceitos como reconhecimento, verdade, arrependimento, transformação pessoal, dignificação, recordação, cura da dor, necessidade de libertação da culpa ou do desejo de vingança, do ódio, etc., elementos que, transbordando os moldes da justiça humana, levavam facilmente ao perdão, até essa altura esquecido, quando não desprezado pelo seu significado religioso[22].

Por esta via inesperada é por onde reaparece o perdão e a sua “novidade libertadora”[23] e curativa que atrai o interesse das instituições, universidades e estudiosos, que abordam o perdão do ponto de vista psicológico, antropológico, religioso ou sociológico, contribuindo com aprofundamentos e propondo-o como solução, não só para os grandes conflitos, mas também como solução à qual recorrer nas nossas relações cotidianas[24]. “Pedir e conceder o perdão é uma estrada profundamente digna do homem e, por vezes, é a única estrada para sair de situações marcadas por ódios antigos e violentos”[25].

Partindo destas realidades e das novas perspectivas presentes nas nossas sociedades, propomos agora a figura de São Josemaria como homem que sabia perdoar. No seu modo de considerar e de viver o perdão aparecem alguns traços mais

acentuados, que servirão de fundamento para o presente estudo.

Em primeiro lugar destaca-se uma caridade vivida em grau heroico. Depois, a mensagem da chamada universal à santidade, sobretudo na relação entre mentalidade laical, liberdade, compreensão e perdão, e a sua repercussão nas relações individuais e sociais. Em terceiro lugar, as contradições que padeceu durante toda a sua vida, principalmente em forma de calúnias e incompreensões. Aqui vamos deter-nos em alguns aspectos da homilia “O respeito cristão pela pessoa e pela sua liberdade”[26] que, entre os textos publicados de São Josemaria, é o que trata com uma perspectiva mais ampla e geral a questão das incompreensões e injustiças entre os homens[27]. Em seguida, tendo como ponto de apoio alguns testemunhos dos que o conheceram, analisaremos cada uma

das atitudes que adotava perante as ofensas.

Foi também um homem atento às coordenadas históricas, culturais e intelectuais do século XX e viu-se, além de mais, imerso na guerra civil espanhola. Ultrapassa o propósito do nosso estudo analisar a época desse conflito e, mais em geral, o contexto da sua vida no século XX, um século de conflitos armados e de violência. Devemos afirmar, contudo, já que reforça a coerência da sua caridade, que sempre manteve a mesma atitude de procurar o perdão e a reconciliação entre as pessoas, sem admitir exceções ao mandamento da caridade, por mais extraordinárias que fossem as situações[28].

Acabaremos o estudo com uma referência à prática do perdão na sociedade contemporânea e à cultura da paz.

2. O Grande Amor

a. Afogar o mal em abundância de bem

Para São Josemaria, a raiz mais profunda do perdão reside no amor de Deus. Tinha interiorizado o duplo preceito da caridade[29]. Amava Deus sobre todas as coisas e por isso amava todos de modo positivo e operativo[30].

Em 1957, numa conversa com um filho espiritual, referia-se desta forma ao duplo mandamento e à sua coerência interna: “parece como se escutasse alguém, que me diz: amar Deus sobre todas as coisas é fácil, mas amar o próximo, amigos e inimigos... isso é muito difícil! Se verdadeiramente amasses Deus *‘ex toto corde tuo, ex tota anima tua, et ex tota fortitudine tua’*; com todo o teu coração, com toda a tua mente e com todas as tuas forças (Dt. 6, 5), o

amor ao próximo, que achas tão difícil, seria consequência do Grande Amor; e não te sentirias inimigo de ninguém”[31].

Sentia-se sensibilizado pelo modo como Deus o tinha amado e como o tinha perdoado durante toda a sua vida. Isto levava-o ao agradecimento e à identificação com Cristo amando todos à margem de qualquer outra consideração, derrubando as barreiras, como acontece numa inundação.

Transmitia à sua volta uma atmosfera de amor aos outros, valorizando cada pessoa como filho de Deus, como portador de uma dignidade que nem o pecado pode apagar. Sabia destacar, em cada um, os aspectos mais positivos. Detestava a aceção de pessoas[32] e estava muito longe de considerar-se possuidor de uma patente de

inocência que o legitimasse a olhar os outros de cima para baixo.

Neste contexto, o perdão exprimia-se mais como uma consequência da caridade do que como um dever acrescentado, chegando a dizer que “não precisei de aprender a perdoar, porque o Senhor me ensinou a amar”[33]. Com estas palavras destacava a caridade como fonte do perdão e este como uma maneira de amar. Talvez como a maneira mais profunda, porque algumas vezes pode ser a mais difícil de realizar. Era tal a sua caridade, que não precisava de perdoar porque, de fato, não se considerava ofendido. Percebia e doía-lhe o mal existente na ofensa, como pecado contra Deus. Como homem, também sentia a ofensa, mas a caridade afogava o rancor, o ódio ou a vingança desde o primeiro momento[34].

Seguia o conselho de São Paulo: “Não te deixes vencer pelo mal; antes, vence o mal com o bem”[35], que ele parafraseava dizendo que “é preciso afogar o mal em abundância de bem”[36].

b. O lar que eu vi

Foi na sua família, na sua casa, o primeiro lugar onde Josemaria viveu as experiências do perdão concedido e outorgado. Os seus pais, José e Dolores, formaram um lar cristão onde o perdão se integrava de modo natural nas relações interpessoais. A sua família foi, para ele e para os seus irmãos e irmãs, uma escola de perdão e misericórdia, e lá aprendeu, na prática, a perdoar. Josemaria desde menino foi testemunha de como os seus pais perdoavam injustiças graves. Um perdão concedido com normalidade e discrição. Os seus pais evitavam também comentar as injustiças

diante dos filhos para evitar que surgissem neles faltas de caridade para com os responsáveis[37].

Incorporou assim, através do exemplo dos seus pais, uma caridade que ultrapassava a justiça, uma particular abertura do coração perante as pessoas mais carentes[38], a disposição para pedir perdão e perdoar, e tudo com discrição. Não será difícil, passados os anos, encontrar no perdão de São Josemaria o eco da atitude cristã dos seus pais ante as ofensas.

c. Unidade de vida

Intimamente vinculado à caridade aparece um dos conceitos chave da sua doutrina espiritual, a unidade de vida: recordar aos cristãos que o amor de Deus capacita para unificar todos os aspectos da existência humana. Não deve dar-se um divórcio entre a fé e a existência concreta[39]. São Josemaria dizia que

cabe o perigo “de levar uma vida dupla: a vida interior, a vida de relação com Deus, por um lado; e por outro, diferente e separada, a vida familiar, profissional e social, cheia de pequenas realidades terrenas”[40].

Aplicar isto ao perdão significa que é preciso levar à prática, tornar possível, o que o Catecismo denomina a “unidade do perdão”[41], já que “o amor, como o Corpo de Cristo, é indivisível: não podemos amar o Deus que não vemos, se não amamos o irmão, a irmã, que vemos”[42]. O Pai Nosso exige a coerência do perdão na mais importante das relações: a relação da pessoa com Deus. Desta coerência dependem todas as outras relações.

São muitas as consequências da unidade de vida aplicáveis ao perdão. Comentaremos algumas que

nos parecem mais relevantes em São Josemaria.

A primeira é que perdoava a todos e vivia esta exigência na sua forma mais heroica, perdando também os inimigos. O perdão aos inimigos é especialmente difícil, pela sua carga emocional e pela falta de suportes humanos para o exercer, fundamentando-se por isso essencialmente na caridade. São Josemaria levava o mandamento do amor, por assim dizê-lo, além do perdão, pois repetia que não tinha inimigos, que não se sentia inimigo de ninguém. No seu modo de perdoar adverte-se uma vontade, não só de superar a reação negativa ante a ofensa, mas de chegar ao coração do ofensor e convertê-lo[43].

Em estrito sentido, não considerava inimigos os que efetivamente o atacavam[44], e num sentido mais amplo e próximo da vida corrente,

muito menos considerava inimigos os que estavam longe dele pelos seus modos de pensar, crenças, atuações, situações pessoais, opiniões políticas ou sociais, estilos de vida, etc. Estas questões podem ser com frequência motivo de distanciamento, e até ruptura, entre as pessoas, nas famílias e na sociedade. Neste segundo sentido podem-se ter mais inimigos do que parece à primeira vista; ou, pelo menos, mesmo que não inimigos, sim alguns que ficam no terreno da indiferença ou do desprezo quando, consciente ou inconscientemente, caímos na discriminação, deixando fora do nosso horizonte vital pessoas ou grupos de pessoas.

No âmbito do desenvolvimento da unidade de vida, São Josemaria tinha adquirido também a atitude de pedir perdão e de retificar se tivesse ofendido. Mons. Álvaro del Portillo, o seu colaborador mais próximo

durante quase quarenta anos, recordava que quando “isso acontecia, retificava imediatamente, e, se era o caso, pedia desculpas (...). Realmente, chamava a atenção a prontidão com que o Padre retificava, e não hesitava em fazê-lo em público, se necessário. Era uma característica muito vincada do seu comportamento, e desejava para todos *a alegria de retificar*”[45].

Não se refugiava na autoridade que tinha como fundador para não pedir perdão. Pelo contrário, entendia que precisamente pela sua autoridade devia estar mais atento para o fazer. Em coerência com a sua mensagem de santidade na vida corrente, pedia também perdão pelas pequenas ofensas, enganos ou mal-entendidos que podem surgir na vida de um homem de governo, que teve que trabalhar com muitas pessoas e tomar decisões relativas à formação e ao desenvolvimento do Opus Dei.

Outra dimensão da unidade é a exigência que São Josemaria propunha aos fiéis da Obra e às outras pessoas que se aproximavam dele ou dos apostolados do Opus Dei, de viverem as mesmas coisas que ele procurava viver. Não rebaixava a mensagem: todos deviam aprender a perdoar e a pedir perdão, e fazê-lo efetivamente por amor de Deus[46].

Na unidade do perdão assim vivida, manifesta-se a estreita relação que há entre sermos perdoados e o crescimento da nossa disposição para perdoar. Quem é perdoado está mais disposto a perdoar. Se é Deus quem perdoa, essa disposição intensifica-se, ao experimentar a necessidade de amá-Lo mais. Do mesmo modo, quando perdoamos aos outros, percebemos com mais clareza que também nós precisamos do perdão, e neste caso cresce o conhecimento próprio. É o que se poderia chamar o jogo da unidade do perdão que

impulsiona para o bem em todas as direções possíveis das nossas relações. Quem perdoa sempre faz crescer no seu interior uma disposição habitual para perdoar, conhece-se a si mesmo, lida melhor com a própria fragilidade e aprende a compreender a dos outros.

O perdão é um dos terrenos onde se mostra de forma mais evidente a quebra da unidade de vida entre os cristãos. A ausência de perdão, ou um perdão filtrado pela acepção de pessoas, é um sintoma de paganização, de carência de amor de Deus, um termômetro do enfraquecimento da vida cristã. Por isso, talvez hoje mais do que em outras épocas, ao tentar mostrar o verdadeiro rosto de Deus, é preciso sublinhar que os testemunhos de perdão têm uma grande força evangelizadora.

d. Sacerdote de Jesus Cristo

A condição sacerdotal de São Josemaria é também uma razão determinante para captar a profundidade dos seus ensinamentos e do seu exemplo pessoal sobre a centralidade da caridade e do perdão na vida cristã.

Entre outros aspectos que poderiam ser analisados, mencionaremos dois. O primeiro fica bem formulado numa das suas homilias: “qual é a identidade do sacerdote? A de Cristo”[47]. E na sua identificação com Cristo, o sacerdote, que foi ordenado para servir todos, tem de saber abrir os seus braços a toda a humanidade, amando, compreendendo, perdoando.

“Nem à direita, nem à esquerda, nem no centro. Eu, como sacerdote, procuro estar com Cristo, que sobre a Cruz abriu os dois braços e não apenas um deles; de cada grupo, tomo com liberdade aquilo que me

convence e que me faz ter o coração e os braços acolhedores para com toda a humanidade”[48]. O cultivo e o crescimento desta identificação na sua alma sacerdotal são a fonte e a razão última do seu amor aos outros e de que todos os que se aproximavam dele pudessem encontrar o acolhimento misericordioso e a fortaleza que precisavam.

O segundo aspecto é o seu amor ao sacramento da reconciliação; a administrá-lo e a recebê-lo. Como escreveu Mons. Álvaro del Portillo: “Teve uma autêntica paixão por administrar o sacramento da Penitência (...) e pregou incessantemente sobre este sacramento”[49]. Confessou a milhares de pessoas ao longo de toda a sua vida, e ele próprio o recebia semanalmente. Insistia em que os sacerdotes deviam confessar-se com

frequência e dedicar tempo a administrar o sacramento do perdão.

O sacerdote pede perdão a Deus pelos seus pecados na confissão; perdoa em nome de Cristo os pecados dos homens ao administrar o sacramento do perdão; pede perdão aos outros se ofendeu o próximo e o concede se o ofenderam. O sacerdote é um frequentador do perdão, e é o ser humano que toca com mais proximidade tanto a misericórdia de Deus, como a debilidade humana. Esta proximidade modela a alma e o coração do sacerdote, configurando-o com “um Deus que perdoa”[50].

Como conclusão podemos dizer que São Josemaria percebia, e sempre assim o viveu, que a identidade do ministério sacerdotal assenta sobre duas características: o amor à missa e ao sacramento do perdão. Cristo é pregado na cruz e daí, como fruto do

sacrifício, perdoa. Na missa identifica-se com o Cristo dos braços abertos a toda a humanidade e, ao administrar o perdão, identifica-se com Cristo perdoando do alto da cruz.

3. No centro da mensagem fundacional

a. Uma mensagem de amor e de paz

O terceiro fator no qual se podem encontrar características marcantes sobre o perdão e a compreensão é a própria mensagem fundacional do Opus Dei. Um exemplo é o que oferecem estas palavras: “A Obra de Deus nasceu para estender por todo o mundo a mensagem de amor e de paz que o Senhor nos legou, para convidar todos os homens ao respeito pelos direitos da pessoa. (...) Vejo a Obra projetada nos séculos,

(...) defendendo a paz de Cristo, para que o mundo inteiro a possua”[51].

Nos seus escritos e na sua pregação, ao desenvolver os diferentes aspectos da mensagem, sublinhou os conceitos da dignidade e igualdade de todo o ser humano: paz, reconciliação, perdão, compreensão, convivência, amor à liberdade, liberdade das consciências, rejeição da violência para vencer e para convencer, etc.

Numa homilia pronunciada em 1967, no campus da Universidade de Navarra, São Josemaria, fazendo referência a esses conteúdos e dando algumas claves para os compreender, escreve: “e essa cristã *mentalidade laical* permitirá fugir de toda e qualquer intolerância, de todo fanatismo; vou dizê-lo de um modo positivo: fará que todos convivam em paz com todos os concidadãos, e fomentará também a convivência

nas diversas ordens da vida social. Sei que não tenho necessidade de recordar o que, ao longo de tantos anos, venho repetindo. Esta doutrina de liberdade de cidadãos, de convivência e de compreensão, constitui parte importante da mensagem que o Opus Dei difunde”[52].

Não é, portanto, uma ideia de paz e compreensão em geral, uma espécie de bom desejo, mas indica um fundamento, a filiação divina, e uma articulação, a mentalidade laical. Indica também que a convivência e a compreensão são temas principais da mensagem.

b. Mentalidade laical e rejeição do fanatismo

Como se adverte no texto citado antes, São Josemaria vincula a mentalidade laical (quer dizer, a mentalidade do cristão comum que segue Cristo no meio das atividades

cotidianas) com a liberdade, a convivência e a rejeição do fanatismo. A intolerância é um fenômeno que também hoje padecemos, e cuja influência podemos sentir no âmbito da política, da cultura, do pensamento, da religião, etc. Os seus efeitos, pelo significado que têm de exclusão e de semente de violência, são a negação da liberdade e a corrosão da convivência.

São Josemaria sintetizava a mentalidade laical em três conclusões, que dão ao cristão um enquadramento para a sua atuação na vida civil, e que nos levam “a ser suficientemente honrados, para arcar com a nossa própria responsabilidade pessoal; a ser suficientemente cristãos, para respeitar os irmãos na fé, que propõem – em matérias de livre opinião – soluções diversas da que cada um sustenta; e a ser

suficientemente católicos, para não nos servirmos de nossa Mãe a Igreja, misturando-a em partidarismos humanos”[53].

A mentalidade laical, enraizada na liberdade própria e alheia e na responsabilidade, conduz a um compromisso de convivência e compreensão, fundamentando-se precisamente nas próprias convicções. A convivência consiste em viver juntos mantendo convicções diferentes, e não em que todos tenham as mesmas ou que ninguém tenha nenhuma. A mentalidade laical fomenta por esta via uma cultura mais pacífica, que tende a evitar os conflitos, não os ignorando ou pensando que a verdade não existe, mas pelo modo de aceitar as diferenças[54].

A mentalidade laical mostra todos os seus contornos à luz da chamada universal à santidade, principal

mensagem difundida por São Josemaria através do Opus Dei, que envolve a dignidade de toda a pessoa criada à imagem de Deus. O cristão, consciente desta dignidade, permanecerá aberto a todas as pessoas sem discriminações de tipo nenhum. Por outro lado, aquela chamada ocorre no meio do mundo, no lugar onde se produzem as mudanças, visto que são todos, cristãos ou não, os que as promovem e fazem a história. É o lugar onde nascem os conflitos e onde devem ser resolvidos[55].

Com esta perspectiva de caridade vivida coerentemente será mais difícil para o cristão cair no fanatismo com os seus concidadãos, sejam ou não irmãos na fé. “Nada mais alheio à fé cristã do que o fanatismo que acompanha os estranhos conúbios entre o profano e o espiritual, sejam de que sinal forem”[56].

No horizonte da nova evangelização, a mentalidade laical evitará olhar o mundo como coisa alheia à fé, ou com mentalidade de seletos[57] que tentam transformá-lo a partir de fora[58]. Neste caso, a posição errônea em que se tivessem colocado os cristãos determinaria já o tipo de relação estabelecida com o mundo.

A rejeição do fanatismo também significa que não é legítimo responder ao fanatismo com fanatismo. Tentar superar um mal com outro mal implica continuar com o ciclo da vingança e da agressão. A vingança não é uma solução verdadeira para o problema. O mal vence-se com o bem, a mentira com a verdade. A difusão da verdade tem de estar acompanhada pela caridade.

Simultaneamente, a mentalidade laical é totalmente contrária à passividade ou à inibição:

impulsiona a exercer os próprios direitos, a cumprir os deveres cívicos, a comprometer-se com a verdade, a praticar a fé em privado e em público, e a tentar transformar a sociedade.

No inevitável contraste entre a ação do cristão no mundo e uma sociedade paganizada, será testada a compenetração entre a verdade e a caridade. É aí, precisamente, na ação diária, onde o cristão tomará consciência da importância do seu papel de evangelizador, pois é ele quem, atuando com liberdade e assumindo a sua responsabilidade, deverá conjugar a verdade e a caridade no caso concreto.

4. A homilia “O respeito cristão pela pessoa e pela sua liberdade”

a. Abordagem e linhas de força

A homilia “O respeito cristão pela pessoa e pela sua liberdade”, datada de 15 março de 1961, faz parte de “É Cristo que passa”, o último dos livros que São Josemaria publicou em vida, em 1973.

É uma meditação sobre a caridade cristã, a compreensão e o perdão, e inclui também uma reflexão sobre determinados fatos que deixaram rasto no seu interior, amadurecidos pela sua caridade e o seu sentido da liberdade e da justiça. Trata-se de um texto sapiencial.

O tema central não é tanto a análise das exigências práticas da caridade com os outros, mas antes uma meditação sobre o duplo preceito da caridade. O “amarás Deus” aparece de modo implícito como fio condutor do discurso. A sua consequência, o “amarás o teu próximo”, desenvolve-se explicitamente, ao mesmo tempo que se descobrem algumas

consequências derivadas da ausência dessa virtude nas relações pessoais e sociais.

O fio condutor é a identificação do cristão com Cristo no exercício da caridade. “A caridade de Cristo não é apenas um bom sentimento em relação ao próximo. (...) A caridade, infundida por Deus na alma, transforma por dentro a inteligência e a vontade, dá base sobrenatural à amizade e à alegria de fazer o bem”[59]. São Josemaria chamava a esta transformação progressiva o “endeusamento bom”[60]. A essência da transformação é capacitar-nos para vencer o mal com o bem.

A origem da homilia parece basear-se nas incompreensões sofridas, que partem “da falsa mentalidade de que o público (...) tem o direito de conhecer e interpretar os pormenores mais íntimos da existência dos outros”[61]. Da

insatisfação deste desejo insano ou mórbido, ou da interpretação torcida das atuações alheias, nascem os ataques às vítimas, que “foram, com frequência e durante longos anos, o alvo de exercícios de tiro de murmurações, difamações e calúnias”[62].

Nesse contexto, São Josemaria se refere à sua própria experiência ao difundir a mensagem do Opus Dei. A grande maioria das pessoas entendia-o e outros, embora sem partilhar os mesmos modos apostólicos, respeitavam o Fundador e os seus apóstolados. “Mas nunca falta uma minoria sectária que, não entendendo o que eu e tantos outros amamos, quereria que explicássemos as coisas de acordo com a sua mentalidade: exclusivamente política, alheia aos valores sobrenaturais, atenta unicamente ao equilíbrio de interesses e de pressões de grupos. Se não recebem uma

explicação dessa natureza, errônea e ajeitada a seu gosto, continuam a pensar que há mentira, dissimulação, planos sinistros”[63].

As calúnias procediam sobretudo de duas origens. A primeira, a falta de compreensão da novidade da mensagem da chamada universal à santidade no meio do mundo[64] e um certo ciúme pelo trabalho apostólico desenvolvido pelo Fundador. Deste ciúme e da falta de compreensão do fenômeno apostólico, alguns passavam ao ataque à Obra ou à pessoa do Fundador, pensando que minando a sua reputação sofreria também a fundação[65]. A segunda, procedia de confundir o Opus Dei com um novo grupo político ou grupo de pressão, atribuindo erroneamente à Obra as atuações individuais e livres dos seus membros na sua atividade profissional, política, etc.[66].

A propósito destes dois temas, desenvolve a sua ideia sobre a liberdade cristã, o direito à própria intimidade e os ataques que podem sofrer. A calúnia implica a negação da liberdade e frequentemente lesa o direito à intimidade.

No fim do texto retoma o fio condutor, a caridade. Se houver amor de Deus, haverá também amor ao próximo, respeito pela pessoa. A transformação da inteligência e a vontade abrem os olhos para ver que “a caridade cristã não se limita a socorrer os necessitados de bens económicos; leva-nos, antes de mais nada, a respeitar e a defender cada indivíduo enquanto tal, na sua dignidade intrínseca de homem e de filho do Criador”[67].

b. A liberdade, o direito à intimidade e a ser você mesmo

Uma das grandes mensagens de São Josemaria é a chamada à

liberdade[68]: a reivindicação da liberdade dos filhos de Deus. Este santo repete que Deus criou o ser humano digno, livre e responsável. Na sociedade, a liberdade traduz-se em pluralismo. Entendido assim, o pluralismo é uma fonte de riqueza[69]. Mas pode ser uma fonte de conflitos, se houver ataques à liberdade ou se faltarem a justiça e a caridade. Estas têm de estar presentes na formação da pluralidade, como um impulso interior, de dentro de cada pessoa. São Josemaria, mais do que estar de acordo com o pluralismo, ou tolerá-lo simplesmente, vê com maior profundidade, sublinhando que se deve o respeito à pessoa pela sua dignidade originária. É preciso respeitar a pessoa, que é digna e livre, e, portanto, o pluralismo e as diferenças que resultam dessa condição.

O direito à intimidade, ao evitar ter que expor a própria vida, é indispensável para salvaguardar a liberdade de atuação. São Josemaria fala da violação deste direito, do sofrimento das vítimas e da necessidade de defendê-lo: “Perante os mercadores da suspeita, que dão a impressão de organizarem um *tráfico da intimidade*, é preciso defender a dignidade de cada pessoa, seu direito ao silêncio”[70].

Na sua reivindicação do direito à intimidade e à fama, invocará o terreno comum da dignidade humana, que diz respeito a todas as pessoas, com independência da sua fé. “Costumam estar de acordo nesta defesa todos os homens honrados, sejam ou não cristãos, porque está em jogo um valor comum: a legítima decisão de cada qual ser como é, de não se exhibir, de conservar em justa e pudica reserva as suas alegrias, as suas penas e dores de família; e

sobretudo de praticar o bem sem espetáculo, de ajudar os necessitados por puro amor, sem obrigação de publicar essas tarefas a serviço dos outros ”[71].

Previne sobre a possível falta de coerência, de unidade de vida, ante o perigo de adular a caridade até chegar à injustiça. Chamar-se cristão não é garantia de estimar bem as pessoas. Por isso, diz que “não nos deve causar estranheza que muitas pessoas, mesmo entre as que se consideram cristãs, se comportem de forma parecida. Antes de mais nada, imaginam o mal. Sem prova alguma, pressupõem-no; e não só admitem essa ordem de pensamentos, como ainda se atrevem a manifestá-los num juízo aventurado, diante da multidão”[72].

A mensagem do Opus Dei precisa de liberdade, como é preciso o oxigênio para viver. Sendo este anúncio uma

chamada à santidade de todas as pessoas através da santificação do trabalho, da família e das relações sociais, a liberdade aparece como coisa prévia, como o único caldo de cultivo adequado para a propagação da mensagem.

Mas nem todos compreenderam esta liberdade radical do cristão. A falta de compreensão está presente também na origem das calúnias. No nível mais visível, a boa fama foi a primeira vítima. Num nível mais profundo, que São Josemaria percebeu imediatamente, a verdadeira vítima era a liberdade e o respeito devido a cada pessoa.

Por isso São Josemaria foi um incansável defensor da liberdade: “Podem testemunhar que tenho passado toda a minha vida pregando a liberdade pessoal, com igual responsabilidade pessoal. Procurei-a e procuro-a por toda a terra, como

Diógenes procurava um homem. E cada dia que passa amo-a mais, amo-a sobre todas as coisas da terra: é um tesouro que nunca saberemos apreciar suficientemente”[73].

Exporá depois a trama da calúnia. Indicará os métodos e argumentações utilizados para caluniar e como, seguindo um itinerário perverso, os métodos converteram-se em usos aceites na sociedade, destacando-se entre eles a presunção da culpabilidade do outro, a admissão da suspeita como norma. A aceitação geral desses métodos e argumentações, contribuiu ao mau uso que, em algumas ocasiões, se fez dos avanços técnicos nos meios de comunicação, servindo às vezes de veículo de injustiças.

O final do percurso é a banalização da calúnia, que degrada a dignidade da pessoa e o respeito para com ela. A lei da suspeita parece ter-se

imposto nas relações individuais, sociais, econômicas, etc., e a confiança é um valor em baixa.

Atrás das consequências da presunção de culpabilidade e a suspeita, surge o meaculpismo, também descrito por São Josemaria: “Partem muitas vezes do princípio de que todo mundo se comporta mal; e com base nessa forma errônea de pensar, surge inevitável mente o *meaculpismo*, a autocrítica. Se uma pessoa não joga sobre si mesma uma tonelada de lama, deduzem que, além de ser completamente má, é hipócrita e arrogante”[74].

As palavras de São Josemaria soam hoje com a mesma força e atualidade do que na época[75] e destacam a importância de que as relações interpessoais assentem na verdade e na caridade, único modo e de gerar confiança no corpo social.

c. A caridade: da escuridão à luz

São Josemaria analisará depois a perturbação do ofendido, as suas reações, a sua situação indefesa e o modo de enfrentar com espírito cristão as calúnias, com atitude de perdão. Por último, descreverá como, ao conhecer Jesus Cristo, inicia-se na pessoa um processo de transformação que a conduzirá a perceber a dignidade de cada pessoa e, conseqüentemente, a uma mudança no seu olhar e no seu relacionamento. O processo vai, do modo de pensar mal, à justiça e à caridade que levam a respeitar e amar todos, com conseqüências concretas.

São Josemaria compara o exercício e o efeito da caridade com a passagem da cegueira à visão. “Entre os que não conhecem Cristo, há muitos homens honrados que, por elementar circunspecção, sabem comportar-se delicadamente: são sinceros, cordiais, educados. Se eles e

nós não nos opusermos a ser curados por Cristo da cegueira que ainda resta em nossos olhos (...) compreenderemos as realidades terrenas e vislumbraremos as eternas sob uma luz nova, a luz da fé; teremos adquirido um olhar limpo”[76]. Isso tudo está de acordo com a nossa dignidade.

Para isso, partindo da cena da cura do cego de nascença narrada por São João[77], centra-se, não na cura do cego, no milagre, mas nas atitudes das personagens: Jesus, os discípulos e os fariseus. “Gostaria agora de fixar a atenção sobre outros aspectos, para que compreendamos que, quando há amor de Deus, o cristão também não pode permanecer indiferente perante a sorte dos outros homens e sabe por sua vez tratar a todos com respeito; e que, quando esse amor decai, surge o perigo de se invadir, fanática e impiedosamente, a consciência alheia”[78].

As personagens do Evangelho olham para o cego cada um com o seu coração: Jesus vê-o com olhos de misericórdia e pensa curá-lo; os discípulos perguntam a Jesus quais são os pecados que causaram a cegueira, se os de cego ou os dos seus pais, pressupondo (como era habitual no contexto religioso-cultural da época) que se alguém sofre uma desgraça é porque fez alguma coisa má. Os fariseus, pela sua vez, não querem acreditar no que têm à sua frente, e tentam forçar a realidade até encaixá-la nos seus preconceitos.

São Josemaria descreve a transformação paulatina dos discípulos no seu contato com Cristo e a obstinada rejeição de Deus dos fariseus. Nos primeiros veremos como o amor de Deus transforma verdadeiramente as pessoas, mudando o paradigma da sua relação com os outros. Os segundos,

ao fechar-se em si próprios, não quererão ver o seu irmão, o cego, e expulsá-lo-ão da sinagoga, pois “este nevoeiro tem resultados imediatos na vida de relação com os nossos semelhantes”[79].

Graças ao contato com Cristo, o cego recupera a vista e os discípulos passam da escuridão à luz:

“comportavam-se na linha do refrão infeliz: pensa mal e acertarás.

Depois, chegam a conhecer melhor o Mestre, apercebem-se do que significa ser cristão, e a partir daí suas opiniões inspiram-se na compreensão”[80]. Por sua vez, os fariseus aferram-se à sua cegueira convencidos, como tantos outros, de que quem suspeita está certo e é superior aos outros. Cristo devolve a luz ao cego e transforma os seus discípulos, mas não consegue devolver a luz aos fariseus, e respeita também a sua liberdade.

Nos últimos parágrafos da homilia, São Josemaria convida o leitor a enfrentar as ofensas com a atitude própria do cristão já transformado: fazer “propósito de não julgarmos os outros, de não os ofendermos nem sequer com a dúvida, de afogarmos o mal em abundância de bem (...), de nunca nos entristecermos se a nossa conduta reta for mal-entendida por outros, se o bem que (...) for interpretado de um modo retorcido (...). Perdoemos sempre, com o sorriso nos lábios. Falemos com clareza, sem rancor, quando nos parecer em consciência que devemos falar. E deixemos tudo nas mãos do nosso Pai Deus, com divino silêncio (...) se se trata de ataques pessoais”[81].

5. Atitude ante as calúnias

a. Justificação

Examinamos até aqui as fontes que conformaram a atitude de São Josemaria para com o perdão. Corresponde agora deter-se no modo como viveu essa atitude e como reagia ante as ofensas, perdoando os agressores.

As calúnias começaram quando a Obra, fundada em 1928, começa a ser conhecida nos começos dos anos trinta em Madri[82]. Após a guerra, nos anos quarenta e cinquenta, os ataques foram especialmente duros[83]. Por exemplo, entre outros, testemunhava Mons. Pedro Cantero: “foi tal a violência daquelas calúnias e ataques, que, se a Obra tivesse sido uma coisa simplesmente humana, teria sido destruída ou teria ficado muito maltratada”[84]. Os ataques continuaram nos anos sessenta e até ao fim da sua vida em 1975[85].

Queremos centrar-nos nestes fatos por diversas razões:

O primeiro é que a permanência da calúnia no tempo e cada nova agressão, exigiam a São Josemaria viver de modo heroico a caridade e a fortaleza. Constata-se nos testemunhos dos que o conheceram e nos seus escritos, que a sua atitude ante as ofensas foi sempre a mesma até ao fim da sua vida. Há uma linha constante de perseverança e crescimento na caridade. Como recordava o Cardeal Bueno Monreal, “é este um capítulo no qual talvez Josemaria encontrou a ocasião de amadurecer, crescendo na prática heroica da caridade”[86].

A segunda é que toda aquela época está vinculada ao trabalho fundacional de São Josemaria: estender o Opus Dei, explicar o seu espírito, proteger o carisma e definir o seu enquadramento jurídico na Igreja. As calúnias apareciam como um obstáculo para a expansão da Obra, mas ao mesmo tempo estavam

com a primeira expansão e com a pessoa do Fundador[87].

A terceira razão é que as ofensas provinham frequentemente de outros católicos, incluindo eclesiásticos, que deveriam – mesmo discordando dos seus pontos de vista, dos seus modos apostólicos ou da sua espiritualidade – tratá-lo com caridade. O fato de as ofensas virem de católicos ou eclesiásticos acrescentava gravidade e dor às mesmas. Estas agressões distinguem-se das recebidas durante a guerra civil, na qual era perseguido por ser sacerdote.

Em quarto lugar, o tipo de agressão especialmente ofensivo que constitui a calúnia. A calúnia lesa a justiça, ao atacar a honra e a fama. Lesa também a caridade. É um tipo de mal cujos efeitos, uma vez ativados pelo ofensor, ficam de fora da sua vontade, adquirem vida própria e

propagam-se como uma metástase que invade um corpo são. A calúnia repete-se e é recebida frequentemente sem comprovar a sua veracidade ou falsidade. A repetição gera estereótipos, em forma de clichês, que depois são muito difíceis de apagar. Ainda hoje persistem resíduos de calúnias lançadas naquela época, como já o Fundador previra que aconteceria[88].

É também característico da calúnia o seu potencial de violência psicológica. De modo diferente ao que acontece em outras agressões, que duram um tempo determinado e depois cessam, a calúnia atua continuamente no tempo e a sua duração é indeterminada, perpetuando a dor. Isto pode produzir uma verdadeira tortura psicológica no ofendido, que fica submetido a uma tensão permanente. Por último, temos que

sublinhar, em outra ordem de ideias que, remetendo-nos aos fatos, refletidos na rápida expansão do Opus Dei pelo mundo, a imensa maioria das pessoas entendiam a novidade da mensagem do Opus Dei: “Muitos milhares de pessoas – milhões – em todo o mundo compreenderam do que se tratava”[89].

b. Humildade

A primeira atitude que encontramos em São Josemaria, mais do que uma atitude é um ponto de chegada que condicionará o conjunto da sua resposta às calúnias. Os ataques à sua fama propiciaram o progressivo desprendimento de si mesmo, iniciado já em anos anteriores. Deus serviu-se das campanhas difamatórias para conduzi-lo pela sua mão em direção à humildade, à purificação e à identificação com Cristo na sua Paixão. Contava-o ele

mesmo, recordando um momento concreto na época mais difícil, no começo dos anos quarenta: “chegou um momento em que tive que ir noite ao Sacrário (...), e dizer: Senhor – custava-me, custava-me muito porque sou muito soberbo, e me caíam umas grandes lágrimas... –, se Tu não precisas da minha honra, eu para que a quero? Desde então já não me importo com nada”[90].

Esse “chegou um momento” é revelador do processo interior de São Josemaria, das suas possíveis dúvidas e resistências interiores para admitir que a sua fama ficasse destroçada, como sendo uma coisa que Deus permitia. As palavras “se Tu não precisas da minha honram eu para que é que a quero?”, são o ponto de chegada a um grau de humildade a partir do qual já não se preocupará, entre outros aspectos, com a sua fama.

Qual foi então a atitude de São Josemaria perante as calúnias? A partir do duplo fundamento da caridade e da humildade, sintetizou a sua posição ante a ofensa num programa experimentado: “perdoar, calar, rezar, trabalhar e sorrir”[91].

c. Perdoar e rezar

A atitude de São Josemaria perante as calúnias foi sempre a de perdoar e desde o primeiro momento[92] e rezar pelas pessoas que o tinham ofendido. Era ciente da sua própria debilidade como homem e dizia que era capaz de cometer “todos os horrores e todos erros”[93]. Pensava que Deus o perdoava sempre; que é o Deus da mão estendida. Se Ele nos perdoa assim, o cristão deveria fazer a mesma coisa, perdoar também sempre.

“Pude ver que a sua reação ante os ataques, alguns terríveis, era sempre sobrenatural e cheia de caridade.

Mas queria esclarecer que isto não supunha nele qualquer coisa como uma reação estoica, passiva ou apática. A sua reação era dinâmica, de muitíssima oração e mortificação (...) e de total confiança em Deus”[94].

O cúmulo de calúnias poderia ter deixado nele um fundo de amargura, de desconfiança ou de cinismo, mas graças ao perdão concedido sempre e no primeiro momento, tornou-se uma pessoa profundamente humana e compreensiva. “Nestas e noutras circunstâncias semelhantes, jamais vi nele uma reação de rancor. Não era homem para isso, mas sim para compreender, perdoar e esquecer”[95].

Lembramos o testemunho sobre São Josemaria de Mons. Juan Hervás, fundador dos Cursos de Cristandade. Este prelado sofreu calúnias por causa dos Cursos nos anos cinquenta

do século passado. No meio dessa contradição, teve que viajar a Roma, porque foi acusado ante o Santo Ofício. Como era amigo de São Josemaria, aproveitou para conversar com ele.

Anos depois, em 1976, recordava o que lhe disse, depois de lhe contar as tribulações pelas que passava nesse momento: “Não te preocupes, são benfeitores, porque nos ajudam a purificar-nos. É preciso amá-los e rezar por eles’, e reforçava as suas palavras quando me insistia na necessidade de termos amor aos que não nos compreendem, de rezar pelos que julgam sem querer conhecer o assunto, e insistia no dever de darmos só atenção à voz da Igreja e não aos boatos de rua, e manter, com a ajuda de Deus, o coração limpo de amarguras e ressentimentos. Como me fizeram bem as suas palavras! Eram a comunicação de uma experiência

peçoal (...). Aqueles conselhos tinham uma enorme força de convicção, pela autenticidade com que ele próprio os tinha vivido e continuava a vivê-los na altura”[96].

Como já vimos, a decisão de perdoar traz consigo a libertação da carga de agressões por parte do ofendido. Esta libertação, do ponto de vistas psicológico, vem reforçada pelo fato de rezar pelo agressor: desloca o centro de atenção de nós próprios para o outro; experimenta-se uma mudança na percepção que temos do agressor[97], afastamos de nós a sensação de vítima, colocamo-nos de algum modo no seu lugar e possivelmente compreendemos que às vezes, podemos ter contribuído para piorar a relação. Rezar por quem nos agrediu também nos reafirma na decisão de perdoar e de estancar o desejo de vingança.

d. Tempo de calar

“E deixemos tudo nas mãos do nosso Pai-Deus, com um divino silêncio – *Iesus autem tacebat* (Mt, 26, 16), Jesus calava-se –, se se trata de ataques pessoais, por mais brutais e indecorosos que sejam”[98].

São Josemaria diferenciava, entre as calúnias, aquelas que iam dirigidas contra a sua pessoa, das que se lançavam contra a Igreja e o Opus Dei.

Se se dirigiam à sua pessoa, tomou a decisão de não se defender. Optou pelo silêncio, imitando Cristo na sua Paixão: “ele, pessoalmente, nunca se defendeu, imitando de modo exímio o exemplo do Divino Mestre: *Iesus autem tacebat*”[99].

No silêncio de Jesus encontra-se o seu desejo de acolher todas as formas possíveis do sofrimento da humanidade, dando-lhes um sentido redentor. Aqui parece assumir o sofrimento dos que não podem

defender-se das ofensas, injustiças, violências, etc.; muitas vezes são pessoas inocentes, como as crianças. O silêncio de Cristo é um silêncio que dá voz aos que não a têm, que grita. São Josemaria quis identificar-se com Jesus também neste sentido, quando podendo defender-se e tendo direito a fazê-lo, não o fez.

São Josemaria tinha meditado sobre o silêncio de Jesus, como está escrito no Caminho: “Jesus... calado. "Jesus autem tacebat". - Por que falas tu? Para te consolares ou para te desculpares?

Cala-te. Procura a alegria nos desprezos; sempre serão menos do que mereces. Porventura podes tu perguntar: "Quid enim mali feci?" – que mal fiz eu?”[100].

O silêncio de que estamos falando é um silêncio exterior. Por dentro temos que supor o seu intenso diálogo com Deus, de identificação

progressiva, em primeiro lugar para chegar à decisão de renunciar à defesa e, em segundo, para aceitar e amar cada situação caluniosa concreta que se lhe apresentava. Era um silêncio voluntário, consciente, que não tem nada a ver com a resignação.

O silêncio dava-se em dois sentidos. Por um lado, renunciando a defender-se dos ataques pessoais. Por outro, adotando a atitude de não falar das calúnias, fossem elas pessoais ou não, nem em família, se não fosse necessário, nem com os estranhos que não tinham por que conhecê-las, evitando de raiz qualquer possível falta de caridade.

Na mesma linha, também durante longos anos, e com a mesma finalidade de viver a caridade, São Josemaria manteve silêncio sobre as campanhas difamatórias que se abateram sobre ele. Muitos

acontecimentos concretos, com nomes, datas e circunstâncias, foram com ele para a sepultura.

Quis inculcar nos seus filhos a mesma linha de conduta, e pediu aos fiéis da Obra que sofreram calúnias durante a expansão apostólica, que não falassem entre eles desses fatos para evitar a tentação de faltar à caridade para com as pessoas envolvidas[101].

e. Tempo de falar

“Falemos com clareza, sem rancor, quando nos parecer em consciência que devemos falar”[102]. A sua constância para perdoar sem exceções estava longe de ser uma simples atitude de evitar conflitos, de omitir deveres por caridade sentimental ou de não apontar o erro.

Por isso, quando as ofensas não eram dirigidas contra ele, mas contra a

Igreja ou o Opus Dei, então o seu sentido da justiça fazia-o intervir, atuar e falar com os responsáveis. No organismo da sua vida interior, a caridade moderava a aplicação da justiça e da fortaleza evitando, por um lado, um falso perdão, que seria uma omissão no exercício da fortaleza e uma injustiça e, por outro, uma justiça ou fortaleza aplicadas com tal frieza e rigorismo que não respeitassem a dignidade do ofensor, deixando de ser virtudes.

São Josemaria tinha uma forte consciência de ser responsável diante de Deus de que o carisma fundacional ficasse nítido e não perdesse integridade durante a sua transmissão. As calúnias contra a Obra interpunham-se neste processo e punham em perigo tanto o espírito como a própria existência da instituição, sobretudo nos seus primeiros momentos de vida.

Por isso, como fundador, defender a Obra ou os seus filhos espirituais era um dever de justiça. Nestes casos, entravam em jogo elementos diferentes dele mesmo: o carisma do Opus Dei, as pessoas que se incorporavam à nova fundação e outras que participavam nos seus apostolados. “Houve momentos em que incompreensivelmente, alguns quiseram destruir a Obra ou dificultar o seu desenvolvimento. Josemaria punha todos os meios para esclarecer a verdade, porque era o imperativo da caridade: não deixar ninguém no erro. Depois, com as pessoas, compreensão: jamais o ouvi falar mal de ninguém”[103].

Distinguia entre o perdão, a justiça e a proclamação da verdade. O perdão não significa renunciar à verdade. Perdoava os que caluniavam, mas não claudicava do direito a defender e esclarecer o espírito da Obra. Escrevia no ano 1961: “Sempre

procurei responder com a verdade, sem prepotência, sem orgulho, ainda que os que caluniavam fossem mal-educados, arrogantes, hostis, desprovidos do menor sinal de humanidade”[104].

Anos mais tarde, a partir de 1970, em momentos de grave crise no seio da Igreja, São Josemaria deu também provas de valentia, fortaleza e amor à verdade ao defender publicamente, ante milhares de pessoas, a Igreja e o Papa[105].

f. Trabalhar e sorrir

Um dos efeitos da calúnia é o seu poder paralisante. Atua como um veneno no sistema nervoso central da alma. A vítima, vendo-se ferida na reputação que têm dela, sente que o chão se abre sob os seus pés e o que mais deseja é passar despercebida. Os que sofrem a calúnia, “não sabem onde pôr os olhos: ficam apavorados, não as julgam possíveis e perguntam

de si para si se não será tudo um pesadelo”[106].

Por isso, na hora de fazer o bem, a calúnia representa um obstáculo formidável, pois a tentação é desistir. Junto ao abatimento natural, surge o temor de continuar a atuar e ceder ao medo é um modo de evitar novos ataques. A persistência das calúnias e a sua generalização também podem levantar dúvidas sobre o próprio projeto e a certeza de estar a fazer o bem: “Se tantos estão contra, incluídas pessoas da Igreja, não será que eu estou errado?” Parece razoável que esta pergunta espreitasse no seu interior. É difícil, realmente, pôr-se no lugar de uma pessoa caluniada, pelo sofrimento, temores, angústias e dúvidas que se podem gerar.

A atitude de trabalhar supera o perigo de paralisia a que convida a calúnia. Trabalhar supunha evitar

lamentos estéreis, não perder o tempo criticando o adversário, não ficar obcecado com a calúnia. Não era uma resposta feita a partir da passividade, mas, como anotávamos acima, uma resposta dinâmica, de determinação que, partindo de uma “total confiança em Deus”[107], implicava rezar e continuar a trabalhar. Trabalhar era também defender a verdade quando e diante de quem for preciso, transmitir fé e segurança aos seus filhos e continuar com o desenvolvimento dos apostolados.

Neste sentido refere Mons. Santos Moro: “Admirou-me muito a sua atitude de paciência e, ao mesmo tempo, de fortaleza para continuar o seu caminhar seguro, firme e sem desânimos, realizando o que Deus lhe pedia, com absoluta confiança n’Ele”[108].

Esta atitude mostra uma fé gigante em Deus e no carisma recebido, muita caridade para perdoar, esperança em que Deus aplanaria as dificuldades e, como fruto das três virtudes, fortaleza, equilíbrio, segurança, serenidade, paz interior e alegria.

Detemo-nos na alegria, que é a última atitude que examinamos e à que se referia com a palavra sorrir. Sorrir é consequência de amar a vontade de Deus que permite a acusação injusta.

A tristeza, a preocupação, a falta de serenidade e talvez a diminuição da confiança em Deus e o pessimismo, são frutos naturais da calúnia, pela posição em que coloca a sua vítima. São Josemaria descrevia a angústia própria do caluniado recordando “o episódio de Susana, aquela mulher casta, falsamente acusada de desonestidade por dois velhos

corrompidos (...). Quantas vezes as insídias dos invejosos ou dos intrigantes não colocam muitas criaturas honestas na mesma situação! Oferecem-lhes esta alternativa: ou ofenderem o Senhor, ou verem denegrida a sua honra. A única solução nobre e digna é ao mesmo tempo extremamente dolorosa, e têm que resolver: *E melhor para mim cair sem culpa nas vossas mãos do que pecar contra o Senhor* (Dan 13, 23)”[109].

Por isso são chamativos os testemunhos dos que o trataram nessa época, nos quais se reflete uma estabilidade de ânimo constante, no meio do clima calunioso em que viveu durante tanto tempo: “Eu próprio admiro-me agora por poder afirmar que nunca o vi preocupado; quer dizer, nunca notei que pudesse estar a passar um momento difícil. Não há dúvida de que a sua fé em Deus, a sua esperança no auxílio do

seu Pai Deus e, em consequência, a sua alegria e o seu humor, permitiam-lhe, não só não perder a paz mas contagiar os outros com essa enorme confiança em que se cumpriria o que Deus queria”[110].

No testemunho de Mons. Pedro Cantero, que a seguir citamos, aparece novamente a característica sacerdotal da identificação com Cristo, agora como fonte da alegria. São Josemaria entendeu assim esta virtude, como um lucro da adesão amorosa à vontade de Deus Pai.

“Admira-me recordar agora que nunca – fosse como fosse – perdeu o seu característico sorriso. Não era um sorriso fácil de homem bonzinho a quem tudo lhe corre bem, ou o de quem não repara no que está acontecendo; era a manifestação externa da sua paz interior: a paz que procedia de abraçar, com a veracidade do seu coração, uma cruz

cujas dimensões nenhum de nós conhecia com exatidão. Era a alegria e a paz que procede de saber esconder-se nas chagas do Senhor: de aceitar, quando as situações são duras, a vontade d'Aquele Deus que quer identificar-nos com o seu Filho na Cruz”[111].

6. O perdão como estilo de convivência e a cultura da paz

a. Parâmetros culturais e perdão

A mensagem do perdão, a sua prática entre os cristãos e a sua assimilação na cultura e na legislação, foram fatores civilizadores da cultura ocidental. Todavia, o perdão confronta-se hoje com algumas correntes culturais predominantes que o desnaturalizam e o tornam de difícil compreensão e mais difícil de colocar em prática.

A regressão do perdão pode-se encontrar na deterioração das relações pessoais, na crescente incapacidade de restaurar desentendimentos, no recurso à justiça para os problemas familiares, ou na preocupação e no temor de viver em sociedades polemizadas, conflituosas e, algumas vezes, violentas[112].

Recordaremos brevemente três dessas correntes, cingindo-nos ao seu impacto sobre o perdão.

Para o relativismo, a decisão da pessoa é a que determina a bondade ou maldade dos seus atos, sem referências objetivas. Esta perspectiva subjetivista tende também a desculpar as próprias atuações e, em consequência, a desbotar e apagar a culpa. Sem consciência da ofensa, não há culpa, e sem culpa não é preciso pedir perdão[113]. O relativismo conduz

também à banalização do mal, que reforça a ausência de culpa, dilui as fronteiras da ofensa e torna inútil o perdão. O relativismo dificulta do mesmo modo a possibilidade de compartilhar uma base de princípios onde possamos reconhecer o outro, também quando nos ofende.

O individualismo, por sua vez, defende a autonomia radical da pessoa, que não concebe a necessidade de ser salvo por algo ou por alguém exterior a si próprio, nem de que a sua atuação influa nos outros[114]. A presença do perdão nas relações interpessoais pressupõe que é aceite a existência de uma fraternidade universal e a fragilidade do ser humano, que completa a verdade sobre a pessoa na sociedade. Sem o risco de ficarmos prejudicados, não podemos eliminar artificialmente aquelas realidades que nos lembram que dependemos uns dos outros[115].

O individualismo dificulta a atitude de nos colocarmos no lugar do outro. “À compreensão do grande mistério do pecado opõe-se também a nossa visão individualista do homem: já não conseguimos conceber a representação, porque para nós cada homem se encontra sozinho, enclausurado na sua casa; o profundo entrelaçamento de todas as nossas existências e de todas elas serem atingidas pela existência de um só, o Filho encarnado”[116].

A quem deve perdoar, o individualismo pode conduzi-lo a formas distorcidas do perdão, como pode ser, entre outras, outorgá-lo a partir da vontade de poder e não da gratidão, como se o destino do ofensor estivesse nas nossas mãos e a sua libertação da culpa dependesse de nós exclusivamente[117]. A terceira corrente é o hedonismo, que leva a evitar o sofrimento, presente em todos os conflitos, já que “A culpa

é uma realidade, uma potência objetiva, que provocou destruição e que deve ser vencida”[118].

No perdão há sempre dor. “A culpa deve acabar, deve ser curada, deve ser vencida. O perdão custa alguma coisa – em primeiro lugar para quem perdoa: deve em si vencer o mal que lhe aconteceu, ao mesmo tempo queimá-lo interiormente e assim se renovar de tal modo que então acolha também o outro, o culpado, neste processo de transformação, de íntima purificação, e ambos se tornem novos suportando e vencendo o mal”[119].

Pedir perdão tem também o seu preço: a expiação[120], a reparação da ordem quebrada pela ofensa e reencontrar a verdade sobre a própria pessoa, atraçoada pela ofensa cometida. É o processo de reconhecimento da verdade, o arrependimento, o pedido de perdão,

a reparação e o compromisso de evitar novas ofensas[121].

Não há atalhos para o perdão. Tentar chegar a ele e à libertação da culpa sem assumir a dor, dificulta o perdão e promove também a proliferação de falsos perdões[122], que não farão mais do que perpetuar as feridas e impedir o fim do ciclo de ofensas[123].

A influência destas correntes culturais na sociedade tem como resultado a criação de uma rede de relações fundamentadas no interesse. Quando estas relações são as dominantes estaremos construindo uma sociedade que, culturalmente, não compreende bem a necessidade dos atos gratuitos, e, portanto, do perdão, ato gratuito por excelência.

Por isso, Bento XVI, detectando estes sintomas nas nossas sociedades, disse que “a ‘cidade do homem’ não

se move apenas por relações feitas de direitos e de deveres, mas antes e sobretudo por relações de gratuidade, misericórdia e comunhão. A caridade manifesta sempre, mesmo nas relações humanas, o amor de Deus; dá valor teológico e salvífico a todo o empenho de justiça no mundo”[124]. A existência de atos gratuitos garante a consistência do amor nas nossas vidas e na sociedade. A caridade não pode formar parte só da periferia das relações sociais, mas tem de estar no seu centro[125].

b. Efeito global: “semeadores de paz e de alegria”

O ser humano é relacional e o cuidado das pequenas relações tem um efeito capilar e multiplicador. A caridade atua em círculos concêntricos, de dentro para fora, ao contrário do que acontece com o

ciclo da ofensa-vingança, que representa uma espiral que absorve para o seu centro destrutivo o que encontra na sua passagem.

Bento XVI adverte sobre este ponto que a caridade “dá verdadeira substância à relação pessoal com Deus e com o próximo; é o princípio não só das micro relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macro relações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos”[126].

O perdão tem de ser um recurso vivido no terreno, interiorizado a partir da caridade e praticado no casamento, na família[127], na escola, na amizade, no trabalho, em todas as situações. O perdão deve deixar de ser um fato pregado e pouco praticado, e tornar-se uma experiência diária do “estilo de vida”[128] do cristão transformado.

O perdão não é uma fórmula de exceção.

A unidade de vida que pregava São Josemaria, que é uma chamada à coerência de vida cristã, exige viver o perdão sempre e a partir do primeiro momento. Por isso, o habitual será praticar o perdão na vida diária. De outro modo, pela própria natureza da agressão, da pequena ofensa passa-se aos sentimentos negativos e à falta de comunicação[129].

Diz-se que é preciso aprender a perdoar[130]. Talvez, pensando na caridade como fonte do perdão, seria melhor dizer que é preciso aprender a amar: amar Deus e, a partir d'Ele, amar o próximo, mesmo que ofenda[131]. Se não se perdoar, não se ama. O problema do perdão pode ser levá-lo à prática, quando a ofensa foi cometida e as emoções se desencadeiam; ou quando a vergonha da culpa se apresenta

como um sentimento insuperável e a verdade da ofensa aparece demasiado crua para ser enfrentada. Nesse sentido, sim pode ser preciso uma aprendizagem. Como se perdoa? Que passos é preciso dar? O que é preciso enfrentar?

Muitos autores, de qualquer ponto de vista, religioso, psicológico, político, social, etc. coincidem basicamente nos mesmos pontos[132]: verdade (reconhecimento), arrependimento (dor pelo dano causado), publicidade (pedir perdão ao ofendido); como consequências, o compromisso de não ofender novamente e a reparação (restabelecimento da situação anterior)[133].

Para saber o que é o perdão, é preciso viver a experiência de o conceder e de o receber. Descobrir a sua compenetração com a dignidade humana, a sua adequação à nossa psicologia e afetividade e a beleza

dos seus efeitos. Como escreve Alejandro Llano, a palavra *perdão* “é a única que semeia paz e que, se for repetida sinceramente e se as pessoas procederem em consequência, acaba tendo um efeito performativo, quer dizer, produz o que significa”[134].

O ressentimento e a vingança olham para o passado e permanecem nele, produzindo sentimentos agressivos. Igualmente, a rejeição do perdão concedido prende no passado e pesa sobre as relações do presente e do futuro. Pelo contrário, o perdão supera o passado, por via do amor, a verdade, a justiça e o sofrimento, abrindo novas oportunidades de futuro, renovando as relações a partir do interior do homem. Com que compararemos o perdão? É como um “batismo antropológico” que nos regenera para uma nova vida de relação. Veremos, então, que o perdão, pessoalmente

experimentado, concedido e recebido, “o perdão dá também testemunho de que, em nosso mundo, o amor é mais forte que o pecado”[135].

“Grande é a nossa responsabilidade, porque ser testemunha de Cristo implica, antes de mais nada, procurar comportar-se segundo a sua doutrina, lutar para que a nossa conduta recorde Jesus e evoque a sua figura amabilíssima. Temos que conduzir-nos de tal maneira que, ao ver-nos, os outros possam dizer: este é cristão porque não odeia, porque sabe compreender, porque não é fanático, porque está acima dos instintos, porque é sacrificado, porque manifesta sentimentos de paz, porque ama”[136].

[1] *Ex* 21, 23-25; *Lv* 24, 18-20. Antes da vinda de Cristo, a lei do Talião já tinha sido superada pelo Direito Romano, que admitia a possibilidade de pactuar uma reparação pecuniária entre o ofendido e o ofensor, evitando assim a aplicação da lei do Talião, que só se aplicava em ausência de pacto. Posteriormente, o pacto converte-se em obrigatório, e a ofensa em princípio de obrigações, afastando-se ainda mais da lei do Talião. Cfr. D'Ors, *Derecho Privado Romano*, 10^a edição, Eunsa, Pamplona, 2010, § 378.

[2] *Mt* 18, 21-22.

[3] *Mc* 12, 29-31.

[4] Cfr. *Mt* 5, 43-44.

[5] São João Paulo II, *Mensagem para a celebração da XXX Jornada Mundial da Paz*, 1/01/1997, Oferece o perdão, recebe a paz.

[6] *Mt* 5, 3 e 11-12

[7] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2841.

[8] *Mt* 6, 9-13; *Lc* 11, 2-4. No Pai-Nosso de Mateus, Jesus Cristo, logo depois da recitação, como na altura das Bem-aventuranças, repete novamente a ideia do perdão (*Mt* 6, 14).

[9] “Devemos notar que Cristo, ao revelar o amor-misericórdia de Deus, exigia ao mesmo tempo dos homens que se deixassem guiar na própria vida pelo amor de pela misericórdia. Esta exigência faz parte da própria essência da mensagem messiânica e constitui a medula do ‘ethos’ evangélico”. São João Paulo II, *Dives in misericordia*, 30-XI-1980, n. 3.

[10] *Lc* 23, 34.

[11] *Jo* 13, 34.

[12] São João Paulo II, *Mensagem para a celebração da XXX Jornada Mundial da Paz*, 1/01/1997.

[13] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2843.

[14] São João Crisóstomo, Homilias sobre São Mateus, 19, 7.

[15] São João Paulo II, *Mensagem para a celebração da XXX Jornada Mundial da Paz*, 1/01/1997. Ver também, para a relação perdão-justiça, São João Paulo II, *Dives in misericordia*, nn. 12 e 14. No n. 14 diz: “É óbvio que uma exigência tão grande do perdão não anula as exigências objetivas da justiça. A justiça retamente entendida constitui, por assim dizer, a finalidade do perdão”.

[16] “Estou plenamente consciente de quanto o perdão possa parecer contrário à lógica humana, que obedece frequentemente a

dinamismos de contestação e represália. (...) Mas, se a Igreja ousa proclamar aquilo que, humanamente falando, poderia parecer uma loucura, fá-lo precisamente por causa da sua confiança inabalável no amor infinito de Deus”, São João Paulo II, *Mensagem para a celebração da XXX Jornada Mundial da Paz*, 1/01/1997.

[17] São João Paulo II, *Orar*, Planeta Testimonio, Barcelona, 1988, pág. 142.

[18] *Mt* 19, 8.

[19] “Recentemente, os terapeutas e os científicos reconheceram o poder curativo do perdão”, Sternberg, J. y Sternberg, K., *La naturaleza del odio*, Paidós, Madri, 2010, pág. 256.

[20] “Convencei-vos de que só com a justiça nunca resolvereis os grandes problemas da humanidade. Quando se faz apenas justiça, não é de

estranhar que as pessoas se sintam feridas: a dignidade do homem, que é filho de Deus, pede muito mais do que isso”. São Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 172.

[21] Cfr. Pablo De Greiff (ed.), *The handbook of reparations*, The International Center for Transitional Justice, Oxford University Press, Great Britain, 2006; Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *Instrumentos do Estado de Direito para sociedades que saíram de um conflito*, Programa de reparações, Nova York e Genebra, 2008.

[22] “O descobridor do papel do perdão na esfera dos negócios humanos foi Jesus de Nazaré. O fato de que ele tenha feito esta descoberta num contexto religioso e a tenha enunciado em linguagem religiosa não é motivo para leva-la menos a sério num sentido estritamente

secular”. Arendt, H., *A condição humana*, Editora Forense universitária, Rio de Janeiro, 2007, pág. 250.

[23] São João Paulo II, *Mensagem para a celebração da XXX Jornada Mundial da Paz*, 1/01/1997.

[24] Alguns autores que se referem ao perdão no contexto dos direitos humanos: Tutu, D., *No future without forgiveness*, Rider, Great Britain, 1999; Minow, M., *Between vengeance and forgiveness, Facing history after genocide and mass violence*, Beacon Press, Boston, 1998; Galtung, J., *Tras la violencia*, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución, Ed. Gernika Gogoratuz, 1998; Hayner, P., *Verdades innombrables*, Fondo de Cultura Economica, México, 2008; López Guzmán, M., *Desafíos del perdón después de Auschwitz Reflexiones de Jankélévitch desde la Shoa*, San Pablo, 2010; Sternberg, J. y

Sternberg, K., *La naturaleza*, cit.
Outros autores atuais que, a partir de contextos diferentes, abordam o perdão ou temas relacionados:
Girard, R., *Vejo a Satan caer como un rayo*, Anagrama, Barcelona, 2002;
Burggraf, J., Aprender a perdoar.

[25] São João Paulo II, *Mensagem para a celebração da XXX Jornada Mundial da Paz*, 1/01/1997.

[26] São Josemaria, *É Cristo que passa*, nn. 67-72.

[27] Também em *Caminho*, nos capítulos “Caridade” e “Tribulações”, o mesmo autor dedica um bom número de pontos à murmuração, à crítica negativa e à calúnia, e a como deve ser a reação de um cristão perante elas.

[28] Nesta linha são mais significativos os testemunhos durante a guerra civil, como por exemplo, uma carta que escreve aos

seus filhos espirituais, em que descreve um encontro num trem entre Utrera e Salamanca: “Um alferes, que sofreu extraordinariamente na sua família e nos seus haveres com a perseguição dos vermelhos, profetiza as suas próximas vinganças. Digo-lhe que sofri como ele, nos meus e nos meus haveres, mas que desejo que os vermelhos vivam e se convertam. As palavras cristãs chocam-se, na sua alma nobre, com aqueles sentimentos de violência, e vê-se que reage bem. Recolho-me como posso e, segundo o meu costume, invoco todos os Anjos da Guarda”. Vázquez de Prada, A., *O Fundador do Opus Dei*, volume II, Quadrante, São Paulo, 2004, Carta aos seus filhos de Burgos escrita em Córdoba, 19/04/1938, pág. 347.

[29] Cfr. *Mt* 22, 37-40.

[30] “A teologia da caridade em *Caminho* tem a sequência do Novo Testamento: o amor que Deus nos tem; o “amor de Deus” (do homem a Deus); e o amor ao próximo (por Deus)”. São Josemaria, *Caminho*, Edição comentada preparada por Pedro Rodríguez, Instituto Histórico Josemaria Escrivá, Quadrante, São Paulo, 2014, pág. 493, Introdução aos capítulos “Amor de Deus” e “Caridade”. Como o autor da edição comentada destaca na citada Introdução, “ambos os blocos são uma única realidade espiritual, são os dois *atos* de uma única virtude – a caridade –, como afirma a tradição teológica”.

[31] Postulação da causa de beatificação e canonização do Servo de Deus Josemaria Escrivá de Balaguer, Fundador do Opus Dei: *Artículos del Postulador*, Roma, 1979, n. 617, pág. 212.

[32] “Era compreensivo e cordial com todos e tratava afavelmente mesmo as pessoas desagradáveis (...). Não fazia distinção de pessoas”. Del Portillo, A., *Entrevista sobre o Fundador do Opus Dei*, realizada por Cesare Cavallieri, Quadrante, 1994, pág. 180-183.

[33] São Josemaria, Sulco, n. 804: “Dizia – sem humildade fingida – aquele nosso amigo: ‘não precisei de aprender a perdoar, porque o Senhor me ensinou a amar’”.

[34] Mariano Trueba foi aluno de São Josemaria em 1929 na Academia Cicuéndez (Madri). Relata que, “um dia, o Fundador do Opus Dei se apresentou na Academia com a batina cheia de gesso ou de cal. Aconteceu o seguinte: estava num bonde, quando entrou um operário, que se encostou ostensivamente, com o propósito de sujá-lo com a sua roupa de trabalho, perante a

anuência ou a covarde compaixão dos restantes passageiros. Ao chegar ao seu destino, o Servo de Deus colocou as mãos nos ombros do operário e, parecendo que ao menos iria dar-lhe um bom safanão, disse-lhe com muitíssima calma: ‘Meu filho, vamos completar este trabalho’. E deu-lhe um forte abraço, que acabou por sujar-lhe toda a batina. O Servo de Deus desceu calmamente do bonde, ante o espanto e a admiração de todos”. *Artículos del Postulador*, cit., pág. 216.

[35] Rm 12, 21.

[36] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 72.

[37] Este foi o caso da ruína econômica familiar, devida ao comportamento dum sócio da firma que dirigia o seu pai. O Sr. José Escrivá reagiu sempre com caridade: “esse cavalheirismo cristão revelou-

se no fato de ter perdoado desde o primeiro momento e com a melhor boa vontade os causadores da sua ruína. Rezou por eles e não falou do tema para evitar que surgisse na sua família o menor rancor contra essas pessoas. Além disso, uma vez decretada a falência por sentença judicial, e como o patrimônio social era insuficiente para pagar aos credores, pediu conselho para saber se teria obrigação, em estrita justiça, de os ressarcir com os seus bens pessoais. Responderam-lhe com clareza que não estava moralmente obrigado a fazê-lo. Apesar disso, o cavalheiro acolheu-se ao seu modo pessoal de entender a justiça, e ‘liquidou tudo o que tinha para pagar aos credores’“. Vázquez de Prada, A., O Fundador do Opus Dei, volume I, Quadrante, São Paulo, 2004, pág. 57.

[38] “O casal ensinou os filhos a praticar a caridade com atos e sem ostentação. Umas vezes, com uma

palavra de consolo espiritual; outras, acrescentando uma esmola. (...) o Sr. José, diz Pascual Albás, ‘era muito esmoler; todos os sábados formava-se à sua porta uma grande fila de pobres, que iam buscar a sua esmola, pois havia sempre alguma coisa para cada um’ “. Vázquez de Prada, A., O Fundador do Opus Dei, volume I, Quadrante, São Paulo, 2004, pág. 33-34.

[39] O conceito de unidade de vida também foi utilizado pelo Magistério recente. Por exemplo, nestas palavras de São João Paulo II: “O Concílio Vaticano II convidou todos os fiéis leigos a viver esta unidade de vida, ao denunciar com energia a gravidade da ruptura entre fé e vida, entre Evangelho e cultura”. São João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles laici*, n. 59.

[40] São Josemaria, *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, n. 114.

[41] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2842.

[42] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2840.

[43] “Depois de acabada a guerra, um dia, o sacerdote teve de apanhar um táxi, em Madri. Como era seu costume, pôs-se logo a conversar com o motorista, a falar-lhe de Deus, da santificação do trabalho e da convivência, de esquecer a desgraça que se abatera sobre a Espanha. O motorista escutava e não abria a boca. Quando chegou ao seu destino e o Pe. Josemaria descia, aquele homem perguntou-lhe: — Onde é que o senhor estava durante época da guerra? — Em Madri, respondeu o sacerdote. — Pena que não o tenham matado! — replicou o motorista. O Pe. Josemaria não disse uma palavra, nem fez o mais leve gesto de indignação. Com muita paz, perguntou ao motorista: — O senhor

tem filhos? E como o outro fizesse um gesto afirmativo, acrescentou ao preço da corrida uma boa gorjeta: — Tome, compre uns doces para a sua mulher e filhos”. Vázquez de Prada, A., *O Fundador do Opus Dei*, volume II, Quadrante, São Paulo, 2004, pág. 347-348.

[44] Cfr. comentários aos pontos 836-838 de Caminho, Edição comentada histórico-crítica. No comentário ao ponto 838, lê-se este texto de São Josemaria: “Penso que não tenho inimigos. Na minha vida, encontrei-me com pessoas que me causaram algum mal, um mal positivo. Não acho que sejam inimigos: sou muito pouca coisa para tê-los. No entanto, a partir de agora, eles e elas ficam incluídos na categoria dos meus benfeitores, para que eu peça a Deus por eles diariamente” (Apontamentos íntimos, Caderno 4, n. 357, 28-10-1931).

[45] Del Portillo, A., *Entrevista sobre o Fundador do Opus Dei*, realizada por Cesare Cavallieri, Quadrante, 1994, pág. 105-106.

[46] “Contou-nos no dia 19 de Fevereiro de 1959 a resposta que deu a um rapaz quando este lhe disse que o seu pai ia levantar uma cruz, só para que constasse o lugar em que mataram um dos seus tios durante a guerra civil espanhola. —‘Pois diz ao teu pai que essa não será a Cruz de Cristo, mas a cruz do ódio; porque só servirá para lembrar que uns mataram outros. Aconselha-lhe que empregue esse dinheiro em donativos para rezarem missas por uns e por outros. É preciso saber perdoar!’” Herranz, J., *Dios y audacia, Mi juventud junto a san Josemaría*, Rialp, Madri, 2011, pág. 140-141.

[47] São Josemaria, homilia “Sacerdote para a eternidade”, *Amar a Igreja*, n. 38.

[48] São Josemaria, *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, cit., n. 44.

[49] Del Portillo, A., Entrevista sobre o Fundador do Opus Dei, realizada por Cesare Cavallieri, Quadrante, 1994, pág. 146-149.

[50] Palavras de São Josemaria recolhidas em *Tiempo de Caminar*, Sastre, A., Rialp, Madri, 1989, pág. 539.

[51] São Josemaria, *Carta 16/07/1933*, nn. 3 y 26, cit., Vázquez de Prada, A., *O Fundador do Opus Dei*, volume III, Quadrante, São Paulo, 2004, pág. 211.

[52] São Josemaria, homilia “Amar ao mundo apaixonadamente”, em *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, cit., nn. 117-118.

[53] São Josemaria, homilia “Amar ao mundo apaixonadamente”, em *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, cit., n. 117.

[54] “Amemos de verdade todos os homens, acima de tudo amemos Cristo, e não teremos outro remédio senão amar a legítima liberdade dos outros, numa convivência pacífica e sensata”. São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 184.

[55] “Com efeito, todos os diferentes campos da vida laical estão abrangidos pelo desígnio de Deus, que os ama como o lugar histórico da revelação e realização da caridade de Jesus Cristo para glória do Pai e serviço aos irmãos”. São João Paulo II, *Christifideles laici*, n. 59.

[56] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 74.

[57] São Josemaria, *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, cit, n. 119.

[58] Cfr. São Josemaria, *Entrevistas com Mons. Josemaria Escrivá*, cit, n. 113.

[59] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 71.

[60] São Josemaria, Caminho, n. 283: “e terás intimidade com Deus..., e conhecerás a tua miséria..., e te endeusarás..., com um endeusamento que, aproximando-te de teu Pai, te fará mais irmão dos teus irmãos, os homens”. Vid. também comentário, n. 457 de Caminho, Edição Comentada.

[61] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 70.

[62] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 68.

[63] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 70.

[64] Cfr. Del Portillo, A., Entrevista sobre o Fundador do Opus Dei, realizada por Cesare Cavallieri, Quadrante, 1994, pág. 118-119.

[65] Peter Berglar diz: “Na campanha contra a Obra organizada nos anos quarenta por uns poucos (mas muito ativos) inimigos, também tinham papel preponderante – embora possa ser difícil de acreditar – os ciúmes, pelo grande poder de atração que o apostolado da jovem família espiritual exercia em toda Espanha. Dos ciúmes à inveja há só um pequeno passo, o necessário para se perder o equilíbrio que separa a debilidade da malícia”. Berglar, P., *OPUS DEI, Vida y obra del Fundador Josemaría Escrivá de Balaguer*, Rialp, Madri, 1987, pág. 225.

[66] É nesta época que alguns membros do Opus Dei começaram a ter relevo público na vida social ou política. Os que caluniavam diziam que o Opus Dei atuava através destas pessoas, de acordo com uma estratégia política. São Josemaria intervém defendendo um aspecto essencial do espírito do Opus Dei:

“Há mais de trinta anos venho dizendo e escrevendo de mil formas diferentes que o Opus Dei não tem em vista nenhuma finalidade temporal, política; que pretende única e exclusivamente difundir entre multidões de todas as raças, de todas as condições sociais, de todos os países, o conhecimento e a prática da doutrina salvadora de Cristo”. *É Cristo que passa*, n. 70. Sobre os ensinamentos de São Josemaria acerca da formação cristã e a liberdade em matérias sociais e políticas, cfr. Ángel Rodríguez Luño, Consciência cristã e cultura política nos ensinamentos de São Josemaría Escrivá, Conferência proferida durante as 46^a Jornadas de Questões Pastorais, Secularismo e cultura da fé, Castellaura, 25 y 26 de enero de 2011.

[67] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 72.

[68] Cfr., para aprofundar mais a relação entre liberdade y missão apostólica: Rhonheimer, M., *Transformación del mundo, La actualidad del Opus Dei*, Rialp, Madri, 2006, cap. IV, pág. 91-116.

[69] A liberdade é um dos temas centrais da mensagem de São Josemaria. Neste sentido, escrevia o filósofo Cornelio Fabro: “Em plena sintonia com o Concilio Vaticano II – mais ainda, poderia dizer-se que superando-o em audácia - Monsenhor Escrivá propõe, como primeiro bem a respeitar e a estimular, o empenho temporal do cristão, precisamente a liberdade pessoal. ‘Só se defender a liberdade individual dos outros com a consequente responsabilidade pessoal, poderá, com honradez humana e cristã, defender do mesmo modo a sua’”, Fabro, C., Um mestre da liberdade cristã, em “L’Osservatore Romano”, 2-VII-1977.

[70] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 69.

[71] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 69.

[72] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 67.

[73] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 184.

[74] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 69.

[75] Hoje, mais do que nunca, devido aos meios técnicos de divulgação (principalmente TV e Internet), crescem simultaneamente a gravidade da calúnia, ao chegar a mais pessoas, e a sua banalização, pela sua frequência e aceitação.

[76] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 71.

[77] Cfr. *Jo* 9, 1-41.

[78] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 67.

[79] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 71.

[80] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 72.

[81] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 72.

[82] Cfr. Del Portillo, A., *Entrevista sobre o Fundador do Opus Dei*, realizada por Cesare Cavallieri, Quadrante, 1994, pág. 118.

[83] Cfr. Vázquez de Prada, A., *O Fundador do Opus Dei*, volume II, Quadrante, São Paulo, 2004, cit., onde trata amplamente o tema, especialmente nas págs. 407-498.

[84] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, pág.

79, testimonio de Mons. Pedro Cantero. Neste livro recolhem-se testemunhos de pessoas que se deram pessoalmente com o Fundador. Os testemunhos relatam a gravidade das calúnias e oferecem um elenco das atitudes de São Josemaria diante delas.

[85] Cfr. Del Portillo, A., *Entrevista sobre o Fundador do Opus Dei*, realizada por Cesare Cavallieri, Quadrante, 1994, pág. 124-125.

[86] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit, pág. 23, testemunho do Cardeal José Maria Bueno Monreal.

[87] As calúnias estão unidas à primeira expansão porque tiveram o efeito indireto de que a mensagem do Opus Dei chegasse a pessoas e lugares não previstos.

[88] “O pior fato está, certamente, que estas deformações e este modo falso de interpretar como más as cosas mais santas, ficarão arraigados, incrustados, no espírito de muita gente e talvez de toda uma geração. E poderão ser a causa de uma obstinação incrível, em não reconhecer a verdade”, Carta 29-XII-1947 / 14-II-1966, n. 67, citada por Vázquez de Prada, A., *O Fundador do Opus Dei*, volume II, Quadrante, São Paulo, 2004, pág. 488.

[89] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 70.

[90] *Artículos del Postulador*, cit, pág. 328-329.

[91] Del Portillo, A., Entrevista sobre o Fundador do Opus Dei, realizada por Cesare Cavallieri, Quadrante, 1994, pág. 125.

[92] “Esforça-te, se é preciso, por perdoar sempre aos que te ofendem,

desde o primeiro instante, já que, por maior que seja o prejuízo ou a ofensa que te façam, mais te tem perdoado Deus a ti”. São Josemaria, Caminho, n. 452. Vid., comentário a este ponto em Caminho, Edição Comentada, cit., pág. 520.

[93] São Josemaria, Caminho, Edição Comentada, cit., comentário ao ponto 45.

[94] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit., testemunho de Mons. José López Ortiz, pág. 228.

[95] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit., testemunho del P. Silvestre Sancho Morales, O.P., pág. 400. Acerca do perdão e o esquecimento, a questão não é tanto esquecer ou não

esquecer, porque há fatos que não se podem apagar da memória. “Não se trata de esquecer tudo o que aconteceu, mas de o reler com sentimentos novos, aprendendo, precisamente das experiências sofridas, que apenas o amor constrói, enquanto o ódio produz destruição e ruína. A novidade libertadora do perdão deve substituir a insistência inquietante da vingança”. São João Paulo II, Mensagem Jornada Mundial da Paz, 1/01/1997. No mesmo sentido de diferenciar a decisão de perdoar do aspecto emocional e psicológico, o *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* no n. 595 diz: “A misericórdia penetra no nosso coração só se também nós soubermos perdoar, até aos nossos inimigos. Ora, mesmo que ao homem pareça impossível satisfazer esta exigência, o coração que se oferece ao Espírito Santo pode, como Cristo, amar até ao extremo do amor, mudar a ferida em compaixão,

transformar a ofensa em intercessão”.

[96] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit. Pág. 202, testemunho de Mons. Juan Hervás Benet.

[97] Vid. n. 802 de *Forja*, in fine, onde, depois de referir-se aos que lhe faziam mal como “benfeitores”, dizia: “E acontecerá que, à força de pedir por eles a Deus, lhes terás simpatia”.

[98] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 72.

[99] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit., pág. 104, testimonio de Mons. Laureano Castán Lacoma.

[100] São Josemaria, *Caminho*, n. 671. Vid. também comentário de *Caminho*, Edição Comentada, pág. 667.

[101] A perseguição e as calúnias desataram-se com muita virulência em Barcelona, no ano de 1941. Em maio de 1942, São Josemaria escrevia ao diretor do único centro do Opus Dei que havia nessa cidade: “+ Jesus abençoe e me guarde os meus filhos. Queridíssimos: estamos de parabéns, porque o Senhor nos trata à maneira divina. Que vos direi? Que estejais contentes, *spe gaudentes!*: que sofraís, cheios de caridade, sem que da vossa boca saia nunca nem uma palavra incômoda para ninguém, *in tribulatione patientes!*: que estejais cheios de espírito de oração, *orationi instantes!* Filhos: já se vislumbra a aurora, e quanta colheita, nessa bendita Barcelona, com a chegada do novo dia! Sede fiéis. Abençoo-vos. Um abraço do vosso Padre,

Mariano”. Carta a Rafael Termes Carreró, de Madri, 2/05/1942, citada em Vázquez de Prada, A., *O Fundador do Opus Dei*, volume II, Quadrante, São Paulo, 2004, pág. 432; para os acontecimentos de Barcelona, vid. pág. 428-434.

[102] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 72.

[103] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit., pág. 56, testemunho de Mons. Abilio del Campo y de la Bárcena. No mesmo sentido Mons. Laureano Castán Lacoma, pág. 104.

[104] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 70.

[105] Vázquez de Prada, A., *O Fundador do Opus Dei*, volume III, Quadrante, São Paulo, 2004, cit., onde se relatam as viagens

apostólicas à Península Ibérica em 1972, pág. 588-601, e à América do Sul e Central em 1974 e 1975, pág. 546-632-665.

[106] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 68.

[107] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit., pág. 228, testemunho de Mons. José López Ortiz.

[108] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit., pág. 228, testemunho de Mons. Santos Moro Briz.

[109] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 68.

[110] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios.*

Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei, Palabra, Madri, 1994, cit., pág. 23, testemunho do Cardeal José María Bueno Monreal.

[111] *Beato Josemaría Escrivá de Balaguer: Un hombre de Dios. Testimonios sobre el Fundador del Opus Dei*, Palabra, Madri, 1994, cit., pág. 79-80, testemunho do Mons. Pedro Cantero.

[112] Cfr. Bauman, Z., *Medo líquido*, Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

[113] “Parece-me que o núcleo da crise espiritual do nosso tempo tem as suas raízes no eclipse da graça do perdão. (...) O homem não pode suportar a moral pura e simples, não pode viver dela; torna-se para ele uma “lei” que provoca o desejo de contradizê-la e gera o pecado. Por isso onde o perdão, o verdadeiro perdão cheio de eficácia, não é reconhecido e não se acredita nele, é preciso tratar a moral de tal modo

que as condições de pecar nunca se possam verificar propriamente para o indivíduo. Em linhas gerais pode dizer-se que a atual discussão moral tende a libertar os homens da culpa, fazendo que nunca se deem as condições da sua possibilidade”.

Ratzinger, J., “Una compañía en el camino”, La Iglesia. Una comunidad en camino, 5, 4, Ed. Paulinas, Madrid 1992, pág. 90.

[114] Hannah Arendt destaca o perdão como interdependência entre as pessoas quando assinala que “na solidão e no isolamento (...) o perdão não chega a ter realidade: é, no máximo um papel que a pessoa encena para si mesma”. Arendt, H., A condição humana, Editora Forense universitária, Rio de Janeiro, 2007, pág. 249.

[115] A interdependência de todas as pessoas, pode-se detectar no plano natural, por exemplo, na base dos

Crimes contra a Humanidade, onde se entende que quem os comete, atenta não só contra um ser humano singular, ou contra uma ordem jurídica determinada, mas ofende toda a humanidade. O conceito de fraternidade universal encontra-se também no Ubuntu, característica da visão africana do mundo, mais conhecida atualmente pela sua influência na transição da África do Sul. Cfr. Tutu, D., *No future*, cit., pág. 34-36. Sobre a “dependência” como conceito antropológico relevante, cfr. MacIntyre, A., *Animales racionales y dependientes*, Paidós, Barcelona, 2001.

[116] Bento XVI, *Jesus de Nazaré I*, Planeta, São Paulo, 2007, pág. 145.

[117] Cfr. Burggraf, J., *Aprender a perdoar*, cit.

[118] Bento XVI, *Jesus de Nazaré I*, Planeta, São Paulo, 2007, pág. 145.

[119] Bento XVI, Jesus de Nazaré I, Planeta, São Paulo, 2007, pág. 145.

[120] Para uma visão antropológica da expiação, crf. Girard, R. *Veio a Satán*, cit.

[121] O fato de que o perdão tenha como pressupostos a verdade e a justiça não ofusca a incondicionalidade do perdão, nem a sua essencial gratuidade. Do ponto de vista do ofendido, o perdão deve outorgar-se de modo incondicionado. O ofensor não obterá o perdão concedido (a libertação da culpa) se não redimir o preço da ofensa mediante a verdade e a reparação. Quando todos os elementos se completam, abre-se passo para a reconciliação. O perdão facilita assim a via da justiça. Cfr. Compêndio da Doutrina Social da Igreja, n. 518.

[122] Cfr. López Guzmán, M., *Desafíos del perdón después de Auschwitz*, cit., pág. 63-121, onde se

faz uma análise de falsos perdões, baseados em diferentes causas.

[123] “Culpa chama vingança; é assim que se forma uma cadeia dos culpados na qual o mal da culpa cresce continuamente e se torna sempre mais inevitável. (...): a culpa pode ser vencida por meio do perdão, não por meio da vingança”. Bento XVI, Jesus de Nazaré I, Planeta, São Paulo, 2007, pág. 144.

[124] Bento XVI, Caritas in Veritate, n. 6.

[125] Com a palavra “periferia” referimo-nos à atividade assistencial, ONG, e outras. Podia-se pensar, ou atuar na prática, como se esse âmbito fosse o próprio dos atos gratuitos, enquanto o mundo das relações de trabalho, jurídicas, econômicas, etc., seria o âmbito dos atos devidos, úteis, etc., sem que a caridade tivesse que informá-los. Inversamente, no âmbito assistencial, deve atender-se

antes de mais à justiça, já que “a justiça é a primeira via da caridade ou, como dizia Paulo VI, a sua ‘medida mínima’” . Bento XVI, *Caritas in Veritate*, n. 6.

[126] Bento XVI, *Caritas in Veritate*, n. 2

[127] A família é o lugar paradigmático dos atos gratuitos. É neste âmbito de micro perdão, onde os mais novos podem experimentar o perdão e aprender a reconduzir as situações que podem gerar agressividade, aprender a evitar as ofensas. Aprende-se a pedir perdão, a outorgá-lo, a superar o rancor e a vingança, a amar de forma gratuita, a ser compreensivo, a adquirir o sentido da justiça, a respeitar os outros. É preciso referir-se também à solidez da família, que é por si mesma uma base de aprendizagem de amor e perdão. Nas rupturas familiares, os filhos perdem com

frequência a referência do amor e dos afetos. Por outro lado, a família tem um papel único, já que está na sua mão cortar a corrente dos ódios que passam de geração em geração, de pais a filhos. Com frequência, o rancor herdado convive com a prática religiosa, de modo que se educam os filhos numa religião degenerada. É preciso purificar a memória familiar.

[128] São João Paulo II, *Mensagem Jornada Mundial da Paz*, 1/01/1997.

[129] “E acontece o mesmo na convivência: começa-se com uma pequena falta de atenção e acabamos por viver de costas uns para os outros, no meio da indiferença mais gelada”. São Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 15.

[130] Sternberg, J. y Sternberg, K., *La naturaleza*, cit., pág. 258.

[131] O perdão, tal como se entende no cristianismo, não é fundamentalmente uma técnica, uma terapia ou uma experiência salutar, embora possa ter esses efeitos. O *Catecismo da Igreja Católica*, no contexto do perdão, ao glosar “como Eu vos amei” (Jo, 13-34), assinala: “observar o mandamento do Senhor é impossível se quisermos imitar, de fora, o modelo divino. Trata-se de participar, de forma vital e “do fundo do coração”, na Santidade, na Misericórdia, no Amor de nosso Deus”. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2842.

[132] Cfr., por exemplo, Tutu, D., *No future*, cit., pág. 218-219; Sternberg, J. y Sternberg, K., *La naturaleza*, cit., pág. 258-259.

[133] O paralelismo com os atos do sacramento da reconciliação sugere que este pode ser visto como modelo do perdão, não só com respeito a

Deus, mas também entre personas, instituições e até sociedades.

[134] Llano, A., *Segunda navegación*, Memorias 2, Encuentro, Madri, 2010, pág. 294.

[135] *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2844.

[136] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 122.

Jaime Cárdenas del Carre

Doutor em Direito Canónico
(Universidade da Santa Cruz, Roma)

Mestre em Conflitologia (Universitat
Oberta de Catalunya)

Estudo publicado no número 53
de Romana, boletim oficial da
Prelazia da Santa Cruz e Opus
Dei.

.....

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/o-perdao-em-
sao-josemaria-escriva/](https://opusdei.org/pt-br/article/o-perdao-em-sao-josemaria-escriva/) (27/03/2025)